

---

## ENTRE COMPORTAMENTO PERMITIDO E LEITURA PROIBIDA: PAULA DE SIQUEIRA, UMA LEITORA DE DIANA

---

Maria José Lima dos Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de estudar por meio de Paula de Siqueira, personagem subalterna do passado, as suas leituras, a sociedade que estava inserida, os seus espaços de sociabilidade, assim como as normas de moral vigentes em sua época. Para tanto utilizamos como fontes, o processo da inquisição de Lisboa, nº 3.307, de Paula de Siqueira localizado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, além da novela pastoril, Diana da autoria de Jorge de Montemor. A metodologia aplicada inseri-se na perspectiva da história dos livros e da leitura, um movimento historiográfico que tem se expandido muito nos últimos vinte anos. No princípio, os historiadores do livro estavam preocupados em verificá-lo apenas como objeto material, porém aumentaram seus universos de pesquisa se interessando também pela transmissão e recepção das publicações ao abarcar o longo e complexo “ciclo de vida” delas. Desse processo que se estende do autor até chegar ao leitor, estamos atentos ao último. O leitor é quem dar sentido aos textos, apesar de não ser o mesmo no decorrer dos tempos, a forma como um leitor do presente ler não é a mesma do passado. Por isso, nosso interesse em resgatar do século XVI, Paula de Siqueira, buscando pistas sobre ela e as leituras que fez. Na verdade, Paula é nosso guia para chegar às redes de relações social que fazia parte, descobrindo a normatização imposta a mulher pela autoridade da Igreja. Esta que traçou o tipo de conduta moral que defendia para a mulher na sociedade de Salvador naquele período. Paula deveria manter um comportamento honroso, sobretudo porque era uma mulher casada teria que ficar presa em casa, distante do espaço público que representava perigo, seus gestos deveria ser comedido, até a forma como se trajava seria modesta. Como a Igreja perseguia a população por vários motivos, Paula foi penitenciada, na visitação do Santo Ofício a Salvador em 1591, a ler livros devocionais, história de vida de santos e santas que eram modelos de fé, castidade, caridade, dentre outras virtudes espirituais a ser imitadas. Porém, Paula não seguiu essa exemplaridade, por isso foi punida. Como esse trabalho ainda está em andamento, iremos perceber no seu processo que Paula não se manteve enclausurada, ao ponto de praticar leituras proibidas, dentre estas o livro Diana e sentir prazer na realização desse ato.

A história do livro e da leitura tem sido alvo de vários pesquisadores em todo o mundo, principalmente nos últimos vinte anos. Estes estudiosos estão preocupados em ver os livros, em seus diferentes contextos culturais, como objetos de conhecimento e estudo. Além disso, buscaram ampliar seus horizontes, não estão somente preocupados em analisar

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela UFS. Membro do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (UFS/CNPq).

a produção, mas também a transmissão e recepção dos livros. Almejam abarcar o longo e complexo “ciclo de vida” do objeto impresso que segundo Robert Darnton vai do autor ao editor, ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor, o qual encerra o circuito. No Brasil, estas pesquisas estão cada vez mais se abrangendo entre historiadores, sociólogos, e teóricos da literatura.

Este trabalho segue as perspectivas trazidas pela historiografia sobre os livros e as práticas de leitura. No qual estamos atentos a uma leitora Paula de Siqueira, objetivando saber quais suas práticas de leitura, ou seja, quem era ela, o que e como lia. Paula é nosso guia para chegar às redes de relação social que fazia parte, as suas leituras, a sociedade que estava inserida, os seus espaços de sociabilidade, assim como as normas de moral vigentes em sua época.

Para realizar tais propostas, utilizamos o processo da inquisição de Lisboa, nº 3.307, de Paula de Siqueira localizado nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, além do livro Diana de autoria de Jorge de Montemor. Esse livro foi proibido pela Igreja por ser seu autor um “crítico de regras morais e de instituições como o casamento”. Nosso interesse em investigar tal obra vem desse motivo, devido ser alvo da censura da Igreja, além da sedução que nos oferece em buscar pistas sobre as práticas de leitura do passado.

Devido à lacuna de estudos historiográficos no campo da leitura torna-se uma tarefa desafiante investigar o período moderno, primordialmente o século XVI. No entanto, existem leitores e livros proibidos que circularam na colônia neste período, prova disso é a presença de Paula de Siqueira na Bahia que desfrutava da leitura de Diana junto a seu grupo seleto de amigos e foi penalizada pelo Santo Ofício quando da visitação do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça na Bahia em 1591.

Nesta investigação fizemos uso do método indiciário, segundo Carlo Ginzburg se fundamenta na observação dos detalhes e pequenos sinais existentes nos fenômenos. Paula de Siqueira deixou vestígios que podem ser descobertos através do seu processo, mesmo que sejam informações esparsas nos conduz não só a ela, mas também a outros leitores. Embora seu processo fosse corrompido pelos juízes da inquisição que ao questionarem a

acusada eram conduzidos pela verdade tida por eles. Poderemos nos servir do método indiciário para observarmos os traços aparentemente irrelevantes que nos conduzirão a visão de mundo de Paula e conseqüentemente da sociedade que ela fazia parte.

Além disso, buscamos observar as multiplicidades dos comportamentos diante dos sistemas normativos. No caso de Paula poderemos chamá-la de “excepcional normal”, uma vez que não estava completamente sufocada pelos poderes vigentes, indicando que dispunha de certa liberdade, mas também não era autônoma diante dos códigos morais ao qual sua sociedade, e principalmente a mulher era submetida. Deste modo, Paula nos conduz a visualizar a normalidade da situação social de sua época.

Paula de Siqueira, natural de Lisboa, tinha quarenta anos, casada com Antônio de Faria, contador da fazenda D’ El Rei, o que a tornava uma mulher pertencente à nobreza. Ora ter um cargo fazendário na colônia e ainda nos primórdios da colonização era um tanto prestigioso. Conforme Maria Beatriz Nizza da Silva, o título de nobre civil era garantido por graça e mercê do rei que devido tal concessão fornecia alguns benefícios como remuneração e isenção de tributos, além da diferenciação entre os plebeus. A nobreza civil poderia ser indicada de maneira expressa, quando o monarca declarava alguém nobre e de forma tácita quando fosse conferida alguma dignidade, posto ou cargo. O ofício civil era um dos títulos mais solicitados, já que um nobre poderia angariar várias mercês. Também o título de nobre civil era prioridade para os reis devido à arrecadação de renda que tal cargo favorecia na colônia.

Como o início da colonização foi marcado pelo problema de povoamento, preocupando tanto o Estado, quanto a Igreja. A coroa tinha interesse na vinda de colonos para a defesa da terra, assim como no exercício de ofícios administrativos. Enquanto que os padres jesuítas intencionavam a chegada de mulheres brancas para impedir a miscigenação dos colonos com as índias em relações de concubinato, que eram mal vistas pela moral da Igreja, impedindo a formação de famílias bem constituídas (SILVA, 1984, p.18).

Poucos colonos pertencentes à nobreza chegaram ao Brasil junto com os donatários e logo retornaram a Portugal. Todavia, frotas vieram para a Bahia com pessoas

incumbidas de desempenharem funções necessárias a construção da cidade, entre elas funcionários régios. A primeira frota enviada foi a de Tomé de Souza que trouxe colo-nos, os quais reclamaram a falta de mulheres ao ponto do jesuíta Manuel da Nóbrega pedir o envio de mulheres brancas que no reino não encontravam casamento e órfãs. Apesar dessa exigência, novos pedidos foram feitos em períodos posteriores e mesmo com o envio de mulheres, o seu número era pequeno comparável a necessidade.

Segundo Mary Del Priore a participação feminina foi primordial na defesa do catolicismo contra a difusão da Reforma Protestante. A Igreja embutiu nesta população um rígido discurso normatizador que valorizava o casamento e concomitantemente o consolidamento do projeto demográfico da colonização.

No ponto de vista da Igreja teria que haver um polimento da identidade feminina, já que a mulher era, conforme Jean Delumeau, um ser diabólico, a Eva que introduziu o pecado na terra, favorecendo a perda do paraíso terrestre. Em vista disso, ela necessitaria ser adestrada e mantida em plena submissão ao homem, o marido, considerado o cabeça da mulher, a quem ela devia obediência, fidelidade, paciência e assistência.

O modelo de mulher idealizado pela Igreja era a mantenedora do lar ao cuidar dos afazeres da casa e gerar filhos que garantisse a descendência no cumprimento da função de “santa-mãezinha”. Mas para ser “santa”, a mulher teria que acatar o discurso sobre o amor conjugal, o qual a impedia de sentir prazer na realização do coito, cabendo ao homem a iniciativa desse ato. Conforme Trento, a finalidade da relação sexual era unicamente para a procriação, propagar a espécie humana para dar honra a Deus. Em virtude disso, tornava-se pecaminosa toda prática que tolhesse a fecundação. Assim, os casais tinham a obrigação de pagarem o débito conjugal.

A mulher a ser tomada como esposa deveria ser honrada, seguindo mais algumas normas comportamentais. Uma delas era não ser muito vista, seja nas formas de sociabilidade feminina, seja como se vestiam. Por isso, deviam manter-se confinadas em casa, não recebendo muitas visitas. Até a postura da mulher era normatizada, não se permitia muitos gestos e risos. Quanto ao traje feminino seria o que sugerisse recato e

modéstia. Deste modo, todas estas normas de moral eram impostas, principalmente a mulher branca nobre da colônia. Esta que tinha a função de prover equilíbrio a vida familiar.

Deveras o casamento na sociedade colonial era uma garantia de status a quem o alcançava. Embora fosse uma instituição, sobretudo da elite, também pertencia aos outros setores sociais. Perturbação constante das mulheres da elite baiana, o matrimônio dependia do consentimento paterno. Era o pai quem tinha responsabilidade sobre todos os membros e tomava decisões à cerca do dote a ser dado às filhas, bem como poderia retirar essa antecipação da herança caso ela contraísse casamento sem a sua permissão.

Paula morava na Rua de São Francisco em Salvador. As ruas da cidade eram muito estreitas, ao todo se somavam quinze. As casas geralmente ficavam ao redor das igrejas, eram muito simples, mesmo as que pertenciam à nobreza. Naquele momento em fins do século XVI, Salvador recebia seu novo governador, Francisco de Sousa que chegara a cidade em 9 de junho de 1591, na companhia do visitador Heitor Furtado de Mendonça. Este solicitou à população que se apresentasse ou Tribunal do Santo Ofício com denúncias e confissões.

Foram vários os motivos que levaram a Igreja através do Tribunal da Inquisição julgar a população. Dentre outros crimes, os de judaísmo, bigamia, sodomia, protestantismo e também os possuidores de livros proibidos. O fato é que Paula foi denunciada pelo Padre Baltazar de Miranda por ler obras proibidas e sentir prazer na execução dessa leitura. Ela mesma confessou ao inquisidor que gostava muito de ler Diana e que repetia sua leitura várias vezes. Em virtude disso, podemos afirmar que Paula foi uma mulher singular, por manter contato com a palavra impressa numa época que era comum as mulheres serem iletradas. Ela além de possuir livros também os lia.

Uma das formas encontrada pela Igreja para divulgar a moral e doutrina cristã era a leitura de livros de devoção, dentre estas histórias de vidas de santos e santas, por isso Paula foi penitenciada a praticar tal leitura. Esta literatura foi difundida com mais intensidade pós Trento, aconselhável a todos, até mesmo aos que não eram religiosos, também era a

única que podia circular na colônia em vista da forte censura a toda obra contrária a ortodoxia religiosa.

Segundo Leila Mezan, o normal era que as mulheres letradas lessem uma literatura edificante e moral. Dentre estas as de santas que já foram casadas como forma de prepará-las para o matrimônio. Esta sugestão de leitura era indicada justamente porque atingia o modo de vida das leitoras através da exemplaridade desses escritos, induzindo-as a serem devotas aos santos e imitá-los. Geralmente as informações presentes nas histórias de santos eram seus exemplos de virtude, humildade, caridade, vida devota, fé, castidade dentre outros atributos que deveriam ter um cristão.

Um dos livros devocionais que mais circularam na colônia foi o *Flos Sanctorum* (VILLALTA, 1999, p. 186). Nele existem histórias de vidas de santos que transmitiam as leitoras o padrão de moral ideal, possivelmente esta tenha sido uma das recomendações literárias de devoção feitas a Paula pela Igreja.

Esta importância dada à devoção aos santos foi mais acentuada pela Igreja durante a Reforma Católica, justamente como resposta as igrejas protestantes que viam o culto aos santos como retorno do paganismo, formas de idolatria que aviltavam a religião cristã. Por esse motivo a Igreja buscou inserir na população da América Portuguesa, mormente a mulher da elite seu discurso normativo, tentando criar o tipo ideal feminino. Mas, Paula não seguiu a exemplaridade contida nas vidas de santos, por isso foi punida. Esta mulher se negou manter enclausurada, ao ponto de praticar leituras proibidas, dentre estas o livro Diana e sentir prazer na realização desse ato. Mesmo que a Igreja pregasse o catolicismo penitencial, o aspecto lúdico se manifestava nos colonos, talvez esse seja um dos motivos que induziu Paula a ler Diana, já que a leitura de livros de santos não lhe trazia descontração.

A novela Diana foi publicada em 1559 e escrita por Jorge de Montemor que embora tenha nascido em Portugal passou a maior parte da vida longe de sua terra. Foi músico em Castela na corte de Carlos V e Felipe II. Seu livro teve grande difusão, apesar dos leitores de novelas serem cultos. O gênero pastoril é uma manifestação literária do

renascimento, representando a ressurreição da antiguidade clássica, por isso a presença constante de figuras mitológicas.

Neste gênero está presente uma nostalgia pelo passado, em virtude disso há a valorização da vida no campo em detrimento da cidade. A novela pastoril contrasta a vida ativa da época renascentista. São obras de idealização e análise do mundo interior dos personagens. Em Diana existe uma fronteira entre a realidade e imaginação. O autor deve ter usado personagens e situações reais da corte misturando com o mundo de pastores disfarçados (ALBORG, 1975, p. 925).

O gênero pastoril foi um invento grego, teve em Teócrito e Virgílio seus progenitores. No último, há a inspiração na presença de pastores cultos, idealizados, entregues a amores frustrados e não correspondidos. Da mesma forma que a novela do período clássico, o que instigava os leitores do século XVI era o desejo de evasão da realidade através de uma literatura ficcional em busca de entretenimento. Diana esta dividida em sete livros, onde há a presença de pastores e ninfas. Sua maior inspiração é o amor. Segundo Sérgio Buarque de Holanda é uma canção feminina, em que a mulher é vítima lamentosa da cruzeza dos homens.

A obra é cercada de conflitos, como o primeiro livro que conta a história de Diana a protagonista principal, pastora, formosa que amou intensamente o pastor Sireno e de igual forma foi amada por ele. Porém, Sireno teve que partir do reino e quando retornou encontrou sua amada casada com outro, Délio o que fez Sireno sofrer em demasia, mas não só este amava a pastora, também Silvano que só teve o desprezo dela. Neste caso há destaque do conflito religioso em Diana. A personagem central se casa com Délio pressionada pelo o pai, mas na verdade ama Sireno. Mais uma desavença é a que desemboca no pastor Danteu. Este mesmo amando Duarta e lhe fazendo promessa de casamento, casa-se com Andresa sem amor devido, igualmente a Diana, por desejo de seu pai.

Diana apresenta também o conflito sexual existente na paixão que desenvolveu Selvágia por Ismênia, quando esta se fez passar por seu primo, Alânio, o qual sabendo através da própria Ismênia do seu fingimento aproximou-se de Selvágia apaixonando-se por ela. Não suportando a decepção de entregar o seu amor (Alânio) para outra, Ismênia finge gostar do pastor Montano, mas acaba o amando e este se arrebatou por Selvágia. Logo, há um desencadeamento de uma teia de desencontros amorosos. Outro conflito sexual se produz quando a pastora Felismena finge, em virtude do amor que sente por D. Félix, passar pelo o pajem Valério para Célia que se apaixona por ela. Felismena toma tal atitude porque Dom Félix a abandonou para se apegar a Célia.

Assim, a literatura pastoril era o único meio que Paula encontrava para esquecer a forte repressão sexual a qual era submetida e deveria se acostumar. Norma inquestionável para as mulheres, o casamento sem amor fazia parte do cotidiano nas casas da elite colonial. A moça nunca poderia casar-se sem assentimento paterno ou opiniões de parentes. Para agravar a situação da condição feminina, depois de casada, a mulher não tinha permissão nem ao prazer sexual. Então, o único subterfúgio no caso de Paula, uma mulher letrada, era a leitura do livro Diana no qual poderia encontrar o amor.

Desse modo, possivelmente a explicação para Diana ser proibida e Montemor ter sido encarado como crítico de regras morais e da instituição do casamento provenha da presença do prazer na obra. Este, que permite aos amantes suplantar todos os obstáculos, normas morais, que o sirvam de empecilho aparece de forma enfática no livro. Aliás, foi isto que motivou Paula a ler Diana, a busca do prazer contida no gênero pastoril ao se deliciar na leitura de amor entre pastoras e pastores. Leitura esta que lhe proporcionava alegria e contentamento.

Assim, procuramos refletir sobre alguns aspectos referentes às práticas de leituras na colônia. Muito há para se descobrir, por exemplo, sobre o processo de circulação dos livros como Diana, na América Portuguesa, ou seja, como eles chegavam e eram distribuídos aos colonos. Não só essa faceta, mas várias outras que fazem parte do longo processo do “ciclo de vida” dos livros, apontados por Robert Darnton, que vai do autor até



chegar ao leitor. Portanto, a história do livro e da leitura é um campo que só tende a florescer e oferece ao pesquisador múltiplos caminhos a seguir do circuito de comunicação dessas obras. Certamente, ainda há muitos leitores e suas práticas de leituras para serem investigados na colônia, esperando o pesquisador interessado em relativizar o nosso passado colonial.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Cuidado: ler é um perigo. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Ano 2, nº 23, agosto, 2007, p. 60-65.

ALBORG, Juan Luis. **Historia de La Literatura Española**. Edad Media y Renacimiento, Madrid: Gredos, 1975, p. 924-923.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, atos de censura: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.1, p. 83- 154.

\_\_\_\_\_. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1999, 109-131.

ARAUJO, Emanuel. A Arte da Sedução: Sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 45-47.

ARIÉS, Philippe. Por uma História da Vida Privada. In: Idem & CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hisdegard Feist, 3ª imp., São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13-23.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador: A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)**. Petrópolis: Vozes, 2001. Vol. I.

BELLINI, Ligia. **A coisa obscura: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel: Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Trad. Mary Del Priore. Brasília: UNB, 2ª Ed., 1998.p. 10-31

\_\_\_\_\_. As Revoluções da Leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da leitura.** Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: FAPESP, 1999, p.19-32.

\_\_\_\_\_. **História Da Leitura No Mundo Ocidental.** Guglielmo Cavallo e Roger Chartier. São Paulo: Ática, 1999.p. 5-129.

\_\_\_\_\_. **Libros, lecturas y lectores em la Edad Moderna.** Madrid: Alianza editoria, 1994.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. (prismas).

DARNTON, Robert. **Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. O que é a história dos livros? In: Idem, **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 109-131.

\_\_\_\_\_. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Trad. Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Grad, 1986, p.277-336

DELEUMEAU, Jean. Que é um Santo? In: **De Religiões e de Homens.** São Paulo: Loyola, 2000, p. 289-296.

\_\_\_\_\_. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada.** Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 310-344.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. O Inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In: **A micro- história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989. P. 203-214.

\_\_\_\_\_. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história.** Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p. 143-181.

MATTOSO. Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX: uma província no Império.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.108.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial.** São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MOTT, Luis. Santos e Santas no Brasil Colonial. *Varia Historia. Revista da UFMG*, V. 13, Julho, 1994, p. 44-66.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 209-234.

PRIORE, Mary Del. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.p.21-107.

\_\_\_\_\_. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000. P. 17-29.

\_\_\_\_\_. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edumb, 1993, P.23-151.